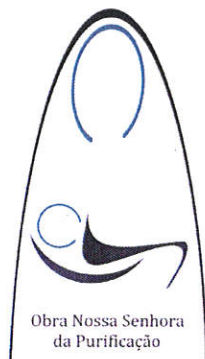


FUNDAÇÃO
OBRA NOSSA SENHORA DA
PURIFICAÇÃO



Relatório e Contas

2018

**Fundação Obra de Nossa Senhora da
Purificação**

**RELATÓRIO DE
GESTÃO**

ANO : 2018

1 - Introdução

A Fundação da Obra de Nossa Senhora da Purificação, com Fundos Patrimoniais de 419.170,03 €, tem como atividade principal Atividades de apoio social para crianças e jovens, com alojamento. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31-12-2018.

O presente relatório contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução das actividades, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

Após uma aceleração da atividade mundial em 2017 e de acordo com a generalidade dos analistas, durante 2018 continuou a registar-se uma expansão sólida da economia mundial apesar de se notar um certo nível de abrandamento. Devido essencialmente ao aumento dos custos comerciais e ao desfavorecimento das condições financeiras em algumas partes do mundo, o declínio do crescimento económico em muitas das grandes economias antecipou-se ao que era previsto.

Desde a última crise económica, várias medidas conseguiram melhorar a estabilidade financeira, tanto a nível global como ao nível de cada país, mas o trabalho permanece incompleto em muitos aspetos. Devido à materialização de alguns riscos, como o aumento do protecionismo comercial, e também de uma perspetiva económica mais fraca em algumas das principais economias emergentes, registou-se uma maior disparidade nas taxas de crescimento entre os diferentes países.

Num contexto de elevada incerteza política, uma intensificação das tensões comerciais pode abalar os sentimentos dos mercados comerciais e financeiros, bem como estimular a sua volatilidade, diminuindo o investimento e o comércio. No mesmo sentido, um aumento das barreiras comerciais trará necessariamente ruturas nas cadeias de fornecimento globais, que se tornaram uma parte integrante do processo produtivo nas últimas décadas, bem como atrasar a expansão de novas tecnologias, levando à redução da produtividade e bem-estar globais.

Ainda assim, as condições dos mercados financeiros e de trabalho continuaram favoráveis, bem como os elevados níveis de confiança dos agentes económicos das principais economias avançadas.

2.1. A Nível Internacional e Europeu.

Ao longo do primeiro semestre de 2018, o crescimento do PIB mundial manteve-se robusto, mas notou-se alguma disparidade na evolução da atividade entre as diversas economias, tendo-se verificado um abrandamento do crescimento na área do euro, no Reino Unido e no Japão, e o oposto nos Estados Unidos. Segundo dados do Banco de Portugal, nos Estados Unidos registou-se um aumento em termos homólogos de 2,7% do PIB, ficando acima do ritmo de crescimento registado ao longo de 2017, o que reflete a manutenção do crescimento do consumo privado e das condições monetárias e financeiras favoráveis, bem como da aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e das exportações, não esquecendo a melhoria continuada da situação no mercado de trabalho. Para a área do euro, como já referido, a atividade económica registou um abrandamento face ao crescimento forte registado em 2017, ainda assim mantendo um crescimento robusto (2,3%

em termos homólogos, face a 2,8% no segundo semestre de 2017). No Reino Unido, o PIB aumentou 1,2% em termos homólogos, mas ficou abaixo do crescimento registado no segundo semestre de 2017 (1,5%). Em termos anuais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um crescimento do PIB mundial de 3,7%.

A expansão da atividade foi acompanhada de um aumento moderado da inflação total, impulsionada pelo aumento dos preços de energia nos primeiros seis meses do ano, com comportamentos diferenciados entre as maiores economias. Nas economias avançadas, a inflação core (excluindo produtos alimentares e energéticos) continuou abaixo dos objetivos dos bancos centrais. Na área do euro, para a primeira metade de 2018 a inflação aumentou face ao final de 2017, depois de alguma irregularidade nos primeiros meses do ano. Já nas economias emergentes, excluindo a hiperinflação da Venezuela, a inflação core permaneceu abaixo da média dos últimos anos.

Segundo dados do FMI, a taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) excluindo bens alimentares e energéticos situou-se em torno dos 1,0% durante o primeiro semestre de 2018, superando os níveis particularmente baixos registados em 2014 e 2015. Para o conjunto do ano, prevê-se um aumento da inflação, tanto nas economias avançadas - onde se prevê uma taxa de 2,0%, comparando com 1,7% no ano anterior - como nas emergentes e em desenvolvimento (excluindo a Venezuela) - de 4,3% para 5,0% -, refletindo os recentes aumentos nos preços dos bens. Para a área do euro, o BCE prevê que a inflação homóloga medida pelo IHPC se situe nos 1,8% em 2018.

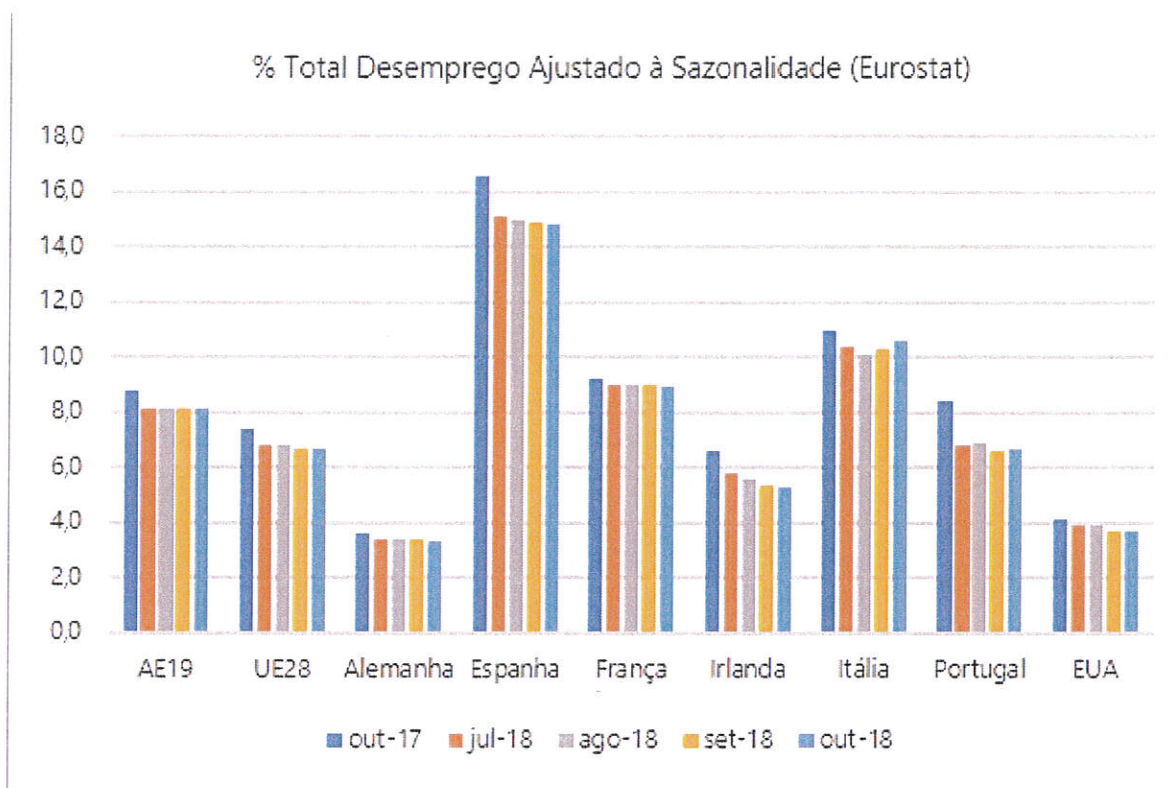
Em relação às transações económicas, num contexto de desaceleração da atividade global e de tensões comerciais associadas a anúncios de políticas protecionistas, a taxa de crescimento do comércio mundial de bens desacelerou para os 4,4% no primeiro semestre de 2018, comparando com os 5,2% registados no segundo semestre de 2017, ainda assim continuando num ritmo de crescimento sólido. Quanto às importações, verificou-se também um abrandamento nas economias avançadas.

Na Europa, tanto as exportações como as importações desaceleraram na área do euro e no Reino Unido. Ainda assim, para a área do euro registou-se um crescimento do consumo privado ao longo do primeiro semestre de 2018, apesar de ligeiramente inferior ao verificado em 2017, continuando a ser suportado pelas condições financeiras favoráveis e pela melhoria do mercado de trabalho. Já no Reino Unido, ficou ligeiramente abaixo do registado em 2017, situando-se nos 1,1%. No mesmo período, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) registou um crescimento de 2,4% na área do euro, em termos homólogos, representando, ainda assim, uma desaceleração face aos 2,9% registados no segundo semestre de 2017. Também a procura interna manteve um crescimento robusto, em particular a FBCF. Quanto à procura externa, o BCE prevê que esta se situe nos 4,3% em 2018. No Reino Unido, verificou-se um abrandamento notório da FBCF no primeiro semestre de 2018, de 3,3% para 1,1%, em grande parte devido aos elevados níveis de incerteza dos investidores empresariais, no seguimento das dificuldades ao nível das negociações referentes à saída da União Europeia. Em relação às administrações públicas, o BCE estima que o défice orçamental da área do euro tenha diminuído significativamente em 2018, espelhando as condições cíclicas favoráveis e a descida dos pagamentos de juros.

Em relação às economias emergentes, continuou a registar-se uma expansão económica idêntica à de 2017, apesar da taxa de crescimento ter sido mais diversificada entre as maiores economias, tendo-se registado um crescimento forte na China e na Índia, mas uma desaceleração no Brasil e na Turquia, tendo o aumento do preço do petróleo impulsionado o crescimento nas economias exportadoras de petróleo na África Subsariana e no Médio Oriente.

Quanto ao emprego, na área do euro continuou a registar-se um aumento, tendo-se situado cerca de 2,0% acima do nível mais alto atingido antes da crise, segundo dados do Banco de Portugal. O número de cidadãos empregados aumentou 0,3% no último trimestre de 2018, segundo dados do

Eurostat, o que representa um aumento de 1,2% em termos homólogos. Quanto à taxa de desemprego, segundo dados do BCE, no terceiro trimestre de 2018 verificou-se uma descida para os 8,1%, atingindo o nível mais baixo observado desde finais de 2008. Apesar destes resultados, alguns países da área do euro ainda apresentam uma taxa de desemprego elevada, em alguns casos acima dos valores registados há dez anos. Nos Estados Unidos registaram-se as taxas de desemprego mais baixas desde 2000, verificando-se um aumento salarial mais moderado do que em 2017, refletindo, em parte, os níveis mais baixos de produtividade devidos às tensões comerciais, nomeadamente com a China.



Quanto ao petróleo, este apresentou alguma volatilidade ao longo de 2018, tendo o preço do Brent, nos primeiros nove meses do ano, apresentado uma tendência ascendente, atingindo cerca de 86 USD/barril, resultante do prolongamento dos cortes na produção acordados entre os países da OPEP, do colapso da produção na Venezuela e das expectativas de redução das exportações do Irão. Por outro lado, a reunião dos países produtores de petróleo que teve lugar no final de junho fez alterar esta trajetória, tendo sido acordado o aumento da produção de petróleo, o que levou a uma baixa do preço do barril para 71 dólares. Nos últimos meses do ano, verificou-se um significativo crescimento da produção nos EUA, o que levou a uma queda de mais de 20% no preço do petróleo durante o mês de outubro, situando-se perto dos 67 USD/barril, um valor mais próximo dos registados no início do ano.

Em relação aos mercados financeiros, ao longo do primeiro semestre de 2018 registaram-se diversos picos de volatilidade, relacionados com a aplicação de medidas protecionistas dos EUA, bem como à instabilidade política em alguns países da área do euro. Quanto aos principais índices acionistas, registaram-se valores muito diferenciados desde finais de 2017, destacando-se a valorização do índice norte-americano e o desempenho muito negativo do índice chinês, sendo que na área do euro e no Japão também se notou uma queda, apesar de mais contida.

No mercado obrigacionista, as condições nos mercados de obrigações soberanas permaneceram estáveis no último trimestre de 2018, à exceção do mercado italiano, devido à incerteza política envolta nesse país. Quanto às taxas de juro da dívida pública, observou-se uma subida nos EUA e no Reino Unido, sendo que na área do euro registou-se uma maior volatilidade. As yields a longo prazo e os spreads soberanos cresceram genericamente, tendo, em meados de setembro, a yield a 10 anos do Tesouro dos EUA subido para cerca de 3,0%, enquanto que as yields alemãs desceram para 0,45%, e as do Reino Unido permanecido nos 1,5%, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

No mercado cambial, no primeiro semestre de 2018, registou-se uma tendência de apreciação das moedas das economias avançadas, especialmente do dólar norte-americano – que desde fevereiro tem-se fortalecido em 6,5% em termos efetivos, segundo dados do FMI -, e de depreciação das moedas das economias emergentes, excluindo a China, pelo menos até ao final de junho onde, devido às tensões comerciais com os EUA, começou a registar-se uma depreciação da moeda chinesa. Em relação ao euro, nos últimos meses verificou-se um enfraquecimento de cerca de 1% em termos nominais, registando uma depreciação de 1,7% no último trimestre de 2018, devido à depreciação contra o yen japonês e da libra, tendo-se também registado uma depreciação face ao renminbi da China (1,7%), ao real do Brasil (15,5%) e ao rublo da Rússia (5,3%), segundo dados da Comissão Europeia e do BCE. Ainda assim, desde novembro que o euro conseguiu manter-se estável em relação ao dólar americano.

Assim, e tendo por base dados do BCE, a cotação EUR/USD no início de 2018 situava-se nos 1,2065, tendo apresentado um perfil ascendente até meados de abril, registando-se de seguida uma queda até meados de agosto, onde chegou a atingir os 1,137, começando depois a apresentar uma maior volatilidade até ao final do ano, tendo fechado com 1,145. O perfil foi idêntico quanto à cotação EUR/CHF, mas com uma maior volatilidade, tendo começado nos 1,1718, atingindo o valor máximo de 1,1986 no final de abril e o valor mínimo de 1,1275 em setembro, terminando o ano nos 1,1269. Quanto à libra esterlina, verificou-se uma elevada volatilidade ao longo do ano, apesar das taxas cambiais iniciais e finais face ao EUR não terem praticamente sofrido alteração (0,88953 e 0,89453, respetivamente). Em relação ao iene, verificou-se uma trajetória descendente ao longo do ano, tendo começando em 135,35 e terminando com 125,85.

2.2 A nível Nacional

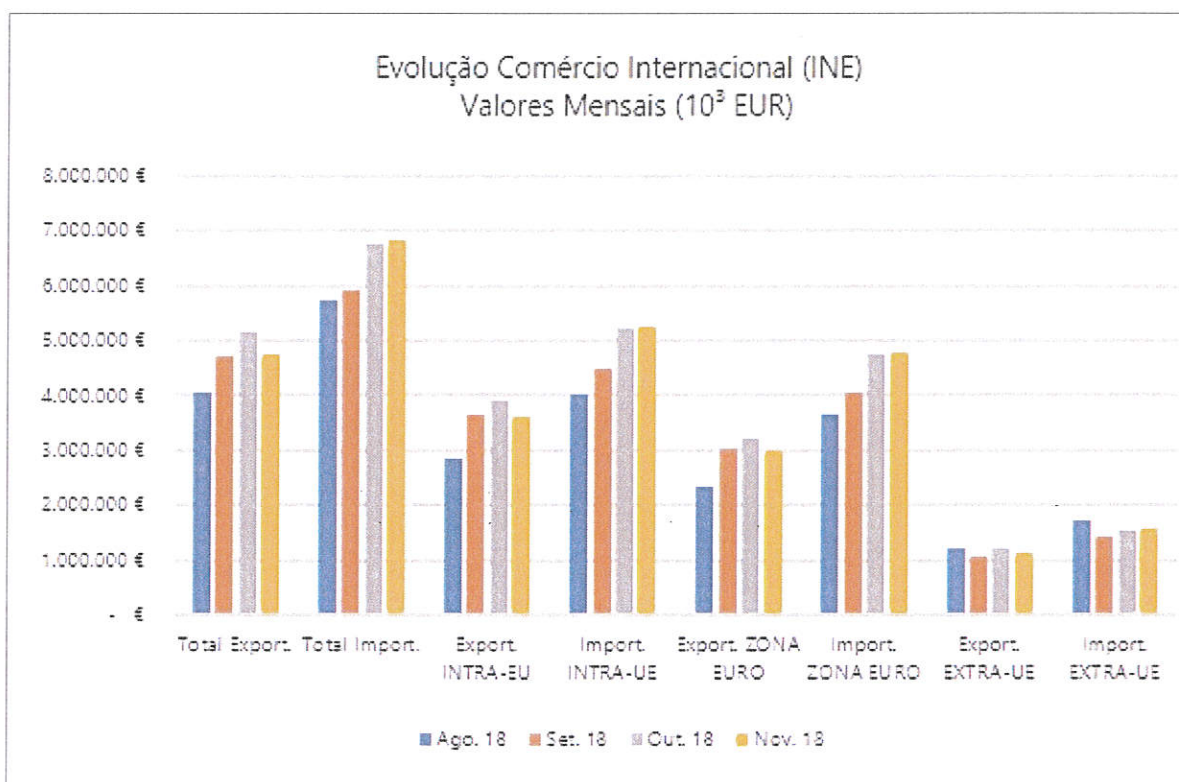
Os mais recentes dados disponibilizados pelo Banco de Portugal apontam para uma continuação da expansão económica em 2018, embora a um ritmo mais moderado e inferior ao observado em 2017, influenciado por uma procura externa menos dinâmica, notando-se, contudo, um enquadramento externo favorável à economia portuguesa. Durante o primeiro semestre de 2018, registou-se um crescimento do PIB de 2,3% em termos homólogos, 0,2% abaixo do registado no segundo semestre de 2017. Para o conjunto do ano, as projeções do Banco de Portugal encontram-se alinhadas com as da Comissão Europeia, prevendo um crescimento do PIB de 2,1%.

Este ritmo mais moderado de crescimento da atividade económica influenciou as exportações e a FBCF, que desaceleraram no primeiro semestre de 2018. Esta última reduziu para 4,0% no primeiro semestre de 2018, em comparação com os 7,7% registados no segundo semestre de 2017, em grande parte devido ao segmento da construção, com o crescimento muito forte do investimento em obras públicas verificado em 2017. Em relação às exportações, cresceram 6,0% no mesmo período, após um aumento de 6,7% no segundo semestre de 2017. Este menor crescimento resulta da conjugação de uma ligeira aceleração do crescimento das exportações de bens, em particular no setor automóvel, com uma desaceleração das exportações de serviços, principalmente no tocante ao turismo, tendo os exportadores portugueses de bens e serviços continuado a ganhar quota nos mercados externos, apesar do ganho ter sido inferior ao verificado no ano de 2017. Quanto às importações, verificou-se uma desaceleração, passando de um crescimento de 7,9% no segundo semestre de 2017 para 6,4% no primeiro semestre de 2018, tanto na componente de bens como de

serviços, apesar de mais acentuada no segundo caso.

A evolução das exportações portuguesas encontra-se em linha com a desaceleração da procura externa, que cresceu apenas 3,4% em termos homólogos no primeiro semestre de 2018, abaixo dos 4,9% registados na segunda metade de 2017, refletindo o abrandamento das importações intra-área do euro. Por outro lado, registou-se uma ligeira aceleração do consumo privado tendo, no mesmo período, crescido 2,5% em termos homólogos, refletindo o crescimento do rendimento disponível real das famílias e os níveis historicamente elevados da confiança dos consumidores.

No primeiro semestre de 2018, o VAB registou um crescimento em termos reais de 1,8% face ao período homólogo que, tal como em anos anteriores, foi inferior ao crescimento do PIB, refletindo o abrandamento do crescimento dos impostos líquidos de subsídios. Em relação à inflação, a taxa média foi de 1,2% em 2018, segundo dados da Comissão Europeia, mostrando alguma volatilidade ao longo do ano, representando uma diminuição de 0,5% em relação a 2017, associada sobretudo ao comportamento dos preços dos serviços.



Em relação à balança corrente de capital, segundo o Banco de Portugal, a mesma registou um défice de 1,7% do PIB, superior em 0,8% em relação ao período homólogo, essencialmente devido ao aumento do défice da balança de bens – de 5,8% do PIB no primeiro semestre de 2017 para 6,7% no primeiro semestre de 2018, refletindo o crescimento em volume mais forte das importações do que das exportações – e da balança de rendimento primário, cujo défice aumentou 0,4% nos mesmos períodos, situando-se nos 3,7%. De frisar também, em sentido oposto, o aumento do excedente da balança de serviços, também em 0,4%, ficando em 6,7% do PIB.

Em termos da balança financeira, Portugal continuou a ser recetor líquido de fundos, tal como ocorreu no primeiro semestre de 2017. No primeiro semestre de 2018, esta balança ficou caracterizada por uma alteração do perfil dos setores institucionais que investiram e se financiaram no exterior, sendo que as sociedades não financeiras reduziram o seu financiamento externo, enquanto que as administrações públicas obtiveram um financiamento externo marginalmente positivo. A estabilidade das condições de financiamento dos bancos tem sido acompanhada de uma

aceleração do crédito bancário, num quadro em que as taxas de juro estão em níveis historicamente baixos.

A capacidade de financiamento da economia portuguesa foi de 0,7% do PIB no primeiro semestre de 2018, registando uma diminuição de 0,4% face a 2017, refletindo o aumento do investimento e a redução da poupança em rácio do PIB. Ainda assim, o endividamento da economia portuguesa face ao exterior mantém-se em níveis muito elevados, tanto em termos históricos como em comparação a outros países da área do euro. Em novembro, a dívida pública voltou a registar um novo máximo histórico, superando já os 251 mil milhões de euros. Apesar do aumento nominal, continuou a registar-se uma dinâmica descendente da dívida pública em rácio do PIB, tendo-se situado nos 124,9% no final do primeiro semestre de 2018, o que representa uma quase estabilização face ao final de 2017 (124,8%), devido à conjugação de um excedente primário com uma taxa de juro do stock da dívida inferior ao crescimento nominal da economia, ainda assim permanecendo uma das mais elevadas da área do euro. Esta é uma área fundamental para a economia portuguesa, uma vez que os elevados níveis de endividamento continuam a ser uma das suas principais vulnerabilidades.

Segundo dados do INE, o défice das administrações públicas situou-se em 1,9% na primeira metade de 2018 o que, em comparação com o período homólogo, corresponde a uma redução de 4,2%. A receita corrente registou um crescimento de 3,1% no primeiro semestre, resultado do forte crescimento da receita de impostos sobre a produção e importação e das contribuições sociais efetivas, que mais do que compensaram a queda registada na coleta dos impostos sobre o rendimento e o património - tendo registado uma diminuição homóloga de 1,5%, em parte explicada pelo diferente perfil de pagamento de reembolsos em sede de IRS e do diferimento do prazo do pagamento da autoliquidação do IRC -, destacando o aumento de 4,0% da receita de IVA, influenciada pelas alterações na cobrança do IVA sobre as importações extra-UE. Já o crescimento das rubricas de capital, ficaram aquém das estimativas para o conjunto do ano (6,3% que compara com 28,7%), podendo estar associado a uma execução de fundos comunitários abaixo do previsto.

Por fim, em relação aos mercados de dívida soberana, a taxa de juro média dos leilões de Bilhetes do Tesouro, no que respeita às emissões de curto prazo, situou-se em -0,35% em 2018, o que compara com os -0,25% de 2017. Já nas taxas de colocação a longo prazo, na maturidade de 9-10 anos, a taxa média dos leilões foi de 1,8%, menos 1,2% do que em 2017.

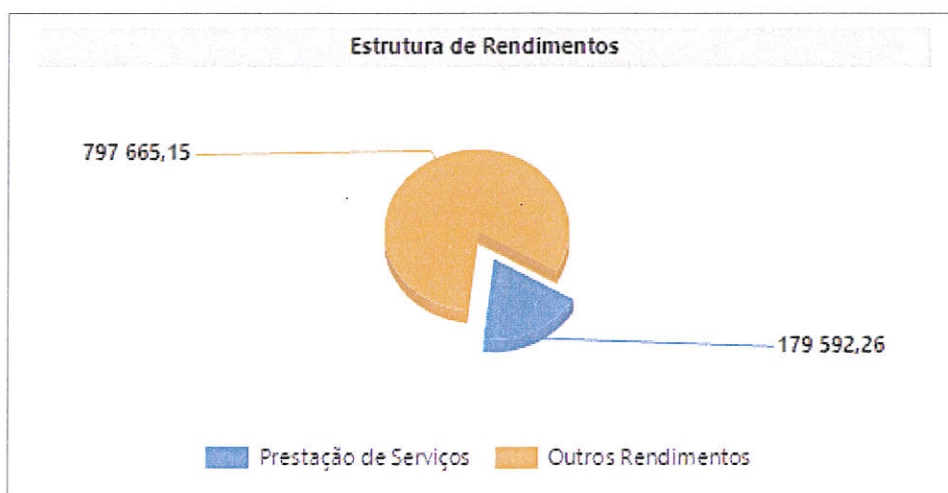
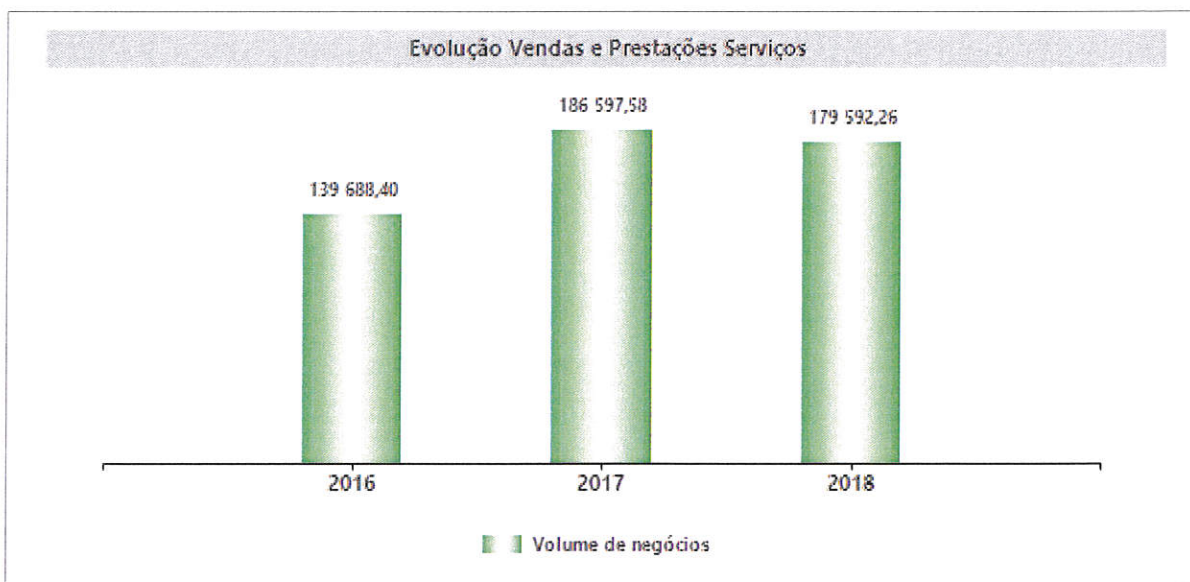
Quanto ao mercado de trabalho, a recuperação da atividade produtiva contribuiu para a sua melhoria, registando-se um crescimento robusto do emprego e uma queda acentuada da taxa de desemprego. Em relação ao primeiro, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, registou-se um crescimento de 2,8% em termos homólogos no primeiro semestre de 2018, ainda assim traduzindo uma desaceleração de 0,5% face ao segundo semestre de 2017. Apesar desta desaceleração, continuou a exceder o crescimento da atividade. Quanto à taxa de desemprego, situou-se nos 7,0% em 2018, tendo diminuído 1,9% relativamente a 2017, tendo-se registado no segundo trimestre de 2018 o valor mais baixo desde o segundo trimestre de 2004. Já o número de desempregados, em 2018 diminuiu 20,9% em relação ao ano anterior, o que poderá contribuir para um maior crescimento dos salários. Contudo, devido ao cenário de evolução demográfica adversa, com uma tendência de redução da população residente e respetivo envelhecimento, o crescimento da população ativa tem abrandado, tendo-se registado em 2018, em termos de média anual, um aumento de apenas 0,3% face a 2017, o que compara com um crescimento de 0,8% no conjunto deste último.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira da Fundação

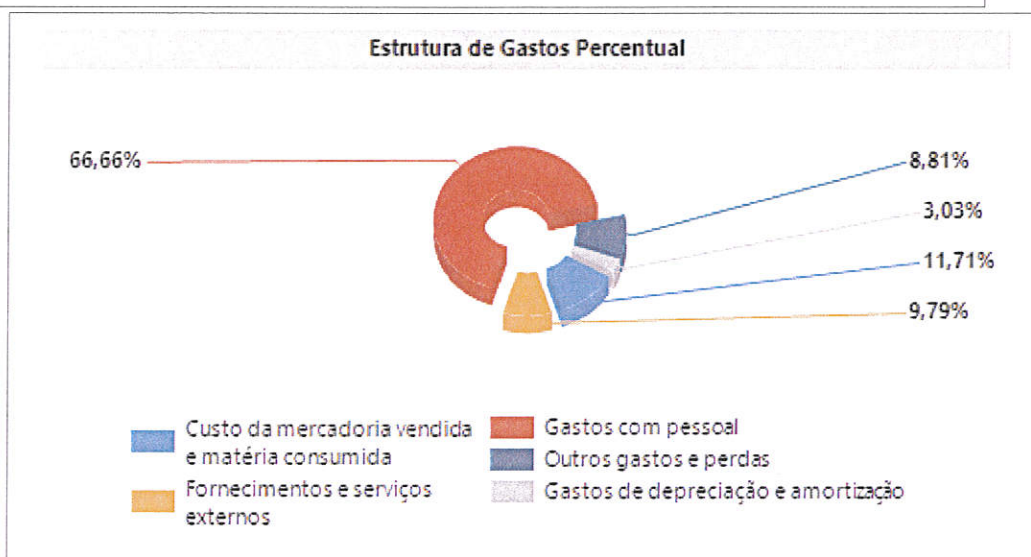
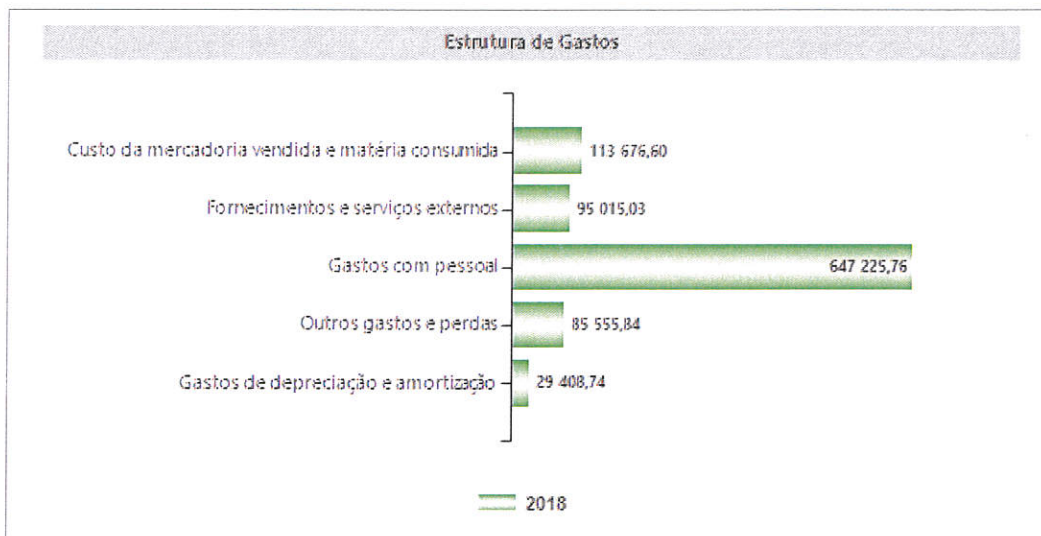
No período de 2018 os resultados espelham a evolução ocorrida da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 179.592,26 €, representando uma

variação de (3,75)% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



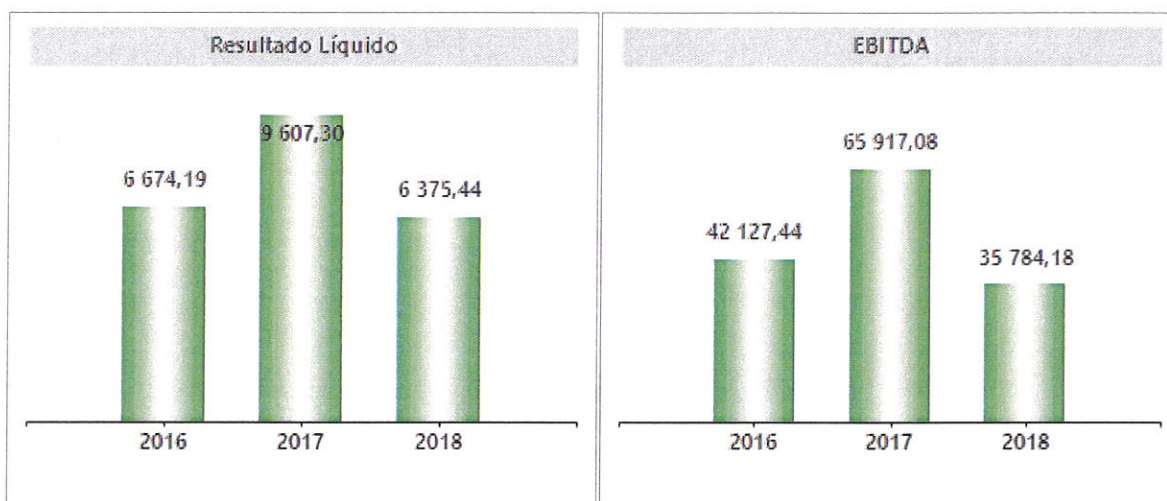
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



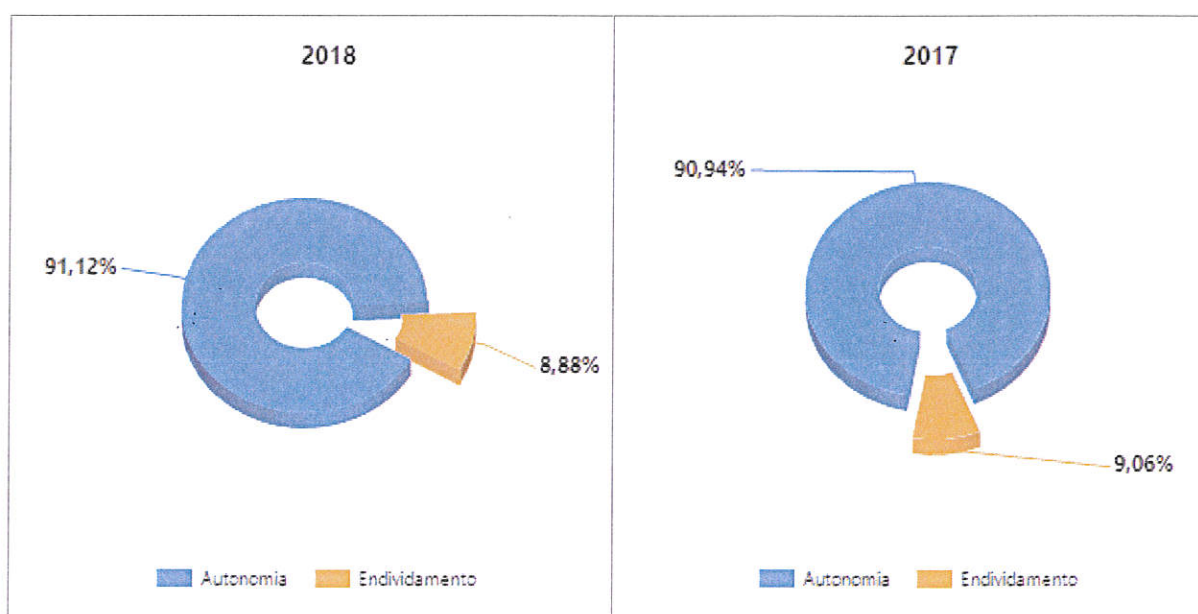
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2018	2017	2016
Gastos com Pessoal	647.225,76	613.929,21	643.359,82

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Fundação através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2018		2017	
Ativo não corrente	1 663 029,83	89 %	1 592 366,70	86 %
Ativo corrente	196 135,11	11 %	263 406,62	14 %
Total ativo	1 859 164,94		1 855 773,32	

RUBRICAS	2018		2017	
Capital Próprio	1 693 995,45	91 %	1 687 620,01	91 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	165 169,49	9 %	168 153,31	9 %
Total Capital Próprio e Passivo	1 859 164,94		1 855 773,32	

A Fundação exerceu atividade no setor da Economia Social, tendo como atividade económica principal "Apoio Social com Alojamento", mantendo uma Casa de Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens em Fátima, e desenvolveu ainda atividades através das respostas sociais: Creche, Pré-escolar e CATL.

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação no período económico findo em 31 de dezembro de 2018 realizou um resultado líquido de 6.375,44€, propondo a sua aplicação em resultados transitados.

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

Num contexto de maturação do ciclo económico, as projeções macroeconómicas do BCE apontam para uma recuperação do crescimento no curto prazo, refletindo a melhoria das condições no mercado de trabalho, balanços mais robustos e uma diminuição gradual dos estímulos de política monetária e orçamental nas principais economias avançadas – nomeadamente nos EUA – bem como da desaceleração da economia chinesa. Tanto para 2019 como para 2020, o FMI prevê que o crescimento global se mantenha nos 3,6% e, posteriormente, deverá diminuir 1% até 2023.

Nas economias avançadas, o crescimento deverá descer para os 2,1% em 2019. Mais concretamente, para os Estados Unidos, é expectável que o crescimento decresça em 2019 e 2020, devido às recentes medidas de comércio anunciadas, bem como ao abrandamento do estímulo fiscal. Também para a área euro e para o Reino Unido é projetável um decréscimo em 2019, sendo que para o primeiro o BCE projeta uma descida do PIB real anual para 1,7% em 2019 e 2020, e 1,5% em 2021, estando relacionado sobretudo com o enfraquecimento gradual do comércio mundial, pela crescente escassez da oferta de mão de obra em alguns países, e pelas condições financeiras ligeiramente menos favoráveis. Quanto ao Reino Unido, a sua política monetária deverá manter-se flexível, em resposta às alterações das condições associadas às negociações do *Brexit*. Durante os próximos cinco anos, a dívida pública deverá diminuir em grande parte das maiores economias, projetando-se também um

crescimento robusto do investimento, em cerca de 5,5%, segundo dados do FMI. Investir em infraestruturas físicas e digitais poderá fomentar o crescimento nas economias avançadas.

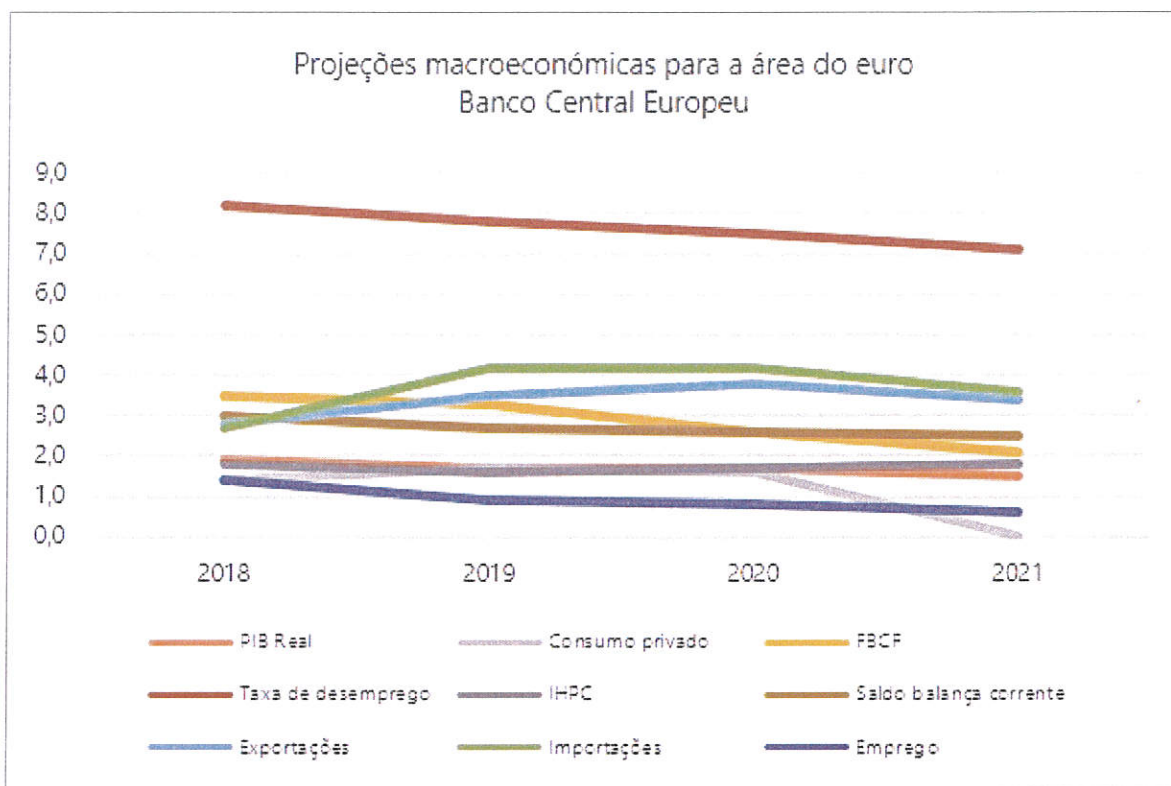
Já nas economias emergentes, o crescimento deverá manter-se nos 4,7% até 2019, refletindo o fortalecimento da atividade das economias exportadoras de bens, sendo projetável um crescimento nos países exportadores de petróleo, mas espera-se um decréscimo em economias como a Argentina, Brasil, Irão e Turquia, entre outros, refletindo as condições financeiras mais restritivas e as tensões geopolíticas. Também se prevê uma descida de 0,3% no crescimento das economias emergentes da Ásia, em grande parte devido às medidas comerciais recentemente anunciadas, sendo, ainda assim, expectável que a sua expansão se mantenha.

Em relação à taxa de desemprego, segundo o BCE, é espectável que esta desça para 7,1% em 2021, continuando a registar-se uma diminuição do número de desempregados, aproximando-se dos níveis mínimos anteriores à crise financeira, projetando-se também um aumento da remuneração por trabalhador, prevendo-se situar nos 2,7% em 2021. Ainda assim, o crescimento do emprego, entre 2019 e 2020, deverá abrandar substancialmente, devido sobretudo ao aumento da escassez de oferta de mão de obra em alguns países. A expansão da população ativa deverá manter-se, apesar de mais moderada, refletindo os valores líquidos relativos à imigração de trabalhadores e à integração de refugiados. Contudo, espera-se também que estes valores sofram gradualmente com o impacto do envelhecimento da população, que continuará a ser superior à entrada de jovens no mercado de trabalho. Estima-se que até 2035 nos países de baixo rendimento, o número de pessoas a chegar à idade laboral exceda as do resto do mundo em conjunto. Criar novos empregos que absorvam estas novas entradas será vital para o bem-estar social e político.

Quanto à inflação, na área do euro prevê-se uma diminuição da inflação dos preços dos produtos energéticos e dos preços dos futuros do petróleo bruto, sendo que a inflação homóloga medida pelo IHPC deverá situar-se nos 1,6%, aumentando 1% nos anos seguintes, até 2021. Para os EUA, espera-se que a inflação se situe em torno dos 2,1% até 2020, segundo estimativas do *Federal Open Market Committee*, um valor ligeiramente acima do objetivo de política monetária da Reserva Federal. No Reino Unido, segundo dados do Banco de Portugal, as projeções são para uma taxa de 2,0%, refletindo o desaparecimento gradual do impacto da depreciação passada da libra que influenciou a evolução da inflação durante o ano de 2017, e a acumulação gradual de pressões internas sobre os preços e os efeitos de alterações de impostos e tarifas de alguns produtos e serviços implementados ao longo deste ano.

Em relação às exportações, o seu crescimento irá atenuar-se em 2019, devido à desaceleração da procura externa. O consumo privado deverá manter-se resiliente, apoiado por condições de financiamento bancário favoráveis. O fornecimento global de petróleo deverá aumentar gradualmente no curto prazo, o que fará baixar os preços do petróleo situando-se, em termos médios anuais, em cerca de 66 USD/barril. No médio prazo, espera-se que o aumento nos preços dos produtos se dissipe, incluindo os preços do petróleo, que se deverão situar nos 60 USD/barril em 2023.

Quanto às administrações públicas, a melhoria global das perspetivas orçamentais é impulsionada, para além da evolução cíclica favorável, pelos pagamentos de juros mais baixos. Para a área do euro, em termos da projeção orçamental, após uma diminuição significativa em 2018, o BCE prevê um ligeiro aumento durante o corrente ano. Até 2021, o rácio do défice das administrações públicas deverá cair de 1,0% do PIB em 2017 para 0,6%, diminuição que também se espera ocorrer quanto ao rácio agregado da dívida pública, de 86,8% do PIB para 79,0% nos mesmos períodos, continuando, ainda assim, a exceder o valor de referência de 60% do PIB em vários países.



Já no médio prazo, o FMI projeta um abrandamento do crescimento global, sendo expectável um enfraquecimento das condições financeiras, devido à normalização das políticas monetárias. Nos EUA, deverá ser implementado um plano para reverter o aumento da dívida pública, acompanhado de medidas fiscais que impulsionem gradualmente a sua capacidade doméstica, de forma a assegurar uma maior sustentabilidade económica. Na área do euro, o BCE prevê uma continuação da expansão económica, com a diminuição das taxas de juro - implicando uma melhoria das condições de financiamento -, bem como da restritividade da política orçamental, do crescimento do consumo privado e do investimento. Esta expansão irá contribuir para um aumento das exportações e da procura externa. Contudo, existe um risco associado ao ajustamento abrupto nos mercados da dívida soberana, que poderá levar a tensões nos mercados financeiros e, conseqüentemente, a uma deterioração das condições de financiamento. Uma intensificação dos conflitos no Médio Oriente e em África poderá impulsionar os fluxos migratórios para a Europa, potencialmente aprofundando as divisões políticas.

Quanto às economias emergentes, as mesmas devem estar preparadas para um ambiente de maior volatilidade, no seguimento de alguns riscos verificados, bem como o esperado aumento das taxas de juro das economias avançadas. Muitos destes países continuam a lutar contra desafios não económicos, como o aumento das temperaturas, desastres naturais e conflitos internos. Muitos dos países de baixo rendimento continuam a enfrentar riscos substanciais, nomeadamente derivados do enfraquecimento das condições financeiras a nível global e da intensificação das tensões comerciais.

Neste sentido, estes países devem tentar tirar proveito do atual ambiente de recuperação do crescimento global. O ambiente de contínua expansão oferece uma janela de oportunidades para políticas e reformas avançadas que possam estender este mesmo ambiente e melhorar o crescimento a médio prazo, enquanto se criam proteções para a próxima recessão, reforçando a resiliência a um meio onde as condições financeiras podem-se restringir de forma imprevista. Neste sentido, muitas das economias emergentes devem adotar reformas fiscais para garantir a sustentabilidade das suas finanças públicas.

Em resumo, políticas fiscais inclusivas, investimento na educação e garantir o acesso à saúde são uma

prioridade, com o intuito de reduzir a desigualdade, sendo também de elevada importância políticas que encorajem a inovação tecnológica e que promovam a participação das forças de trabalho, especialmente a inclusão económica de mulheres e jovens. A interdependência económica é maior do que nunca – através do comércio, finanças, migração e impactos ambientais, por exemplo – e isso torna a cooperação em áreas comuns igualmente importante, incluindo para as economias avançadas. Os países precisam de trabalhar em conjunto, lidando com desafios que se estendem para lá das suas fronteiras, de forma a reduzir os custos comerciais, bem como reforçar a cibersegurança, combater a corrupção e mitigar as alterações climáticas.

5.2 Cenário Interno

Segundo o Banco de Portugal, a economia portuguesa enfrenta importantes desafios, como sendo a evolução demográfica - devido à redução da população e ao seu envelhecimento -, o aumento dos níveis de capital por trabalhador e a necessidade de criar um enquadramento conducente a um maior crescimento do investimento, tanto em qualidade como em quantidade, uma vez que durante o recente período recessivo registou-se uma queda acentuada do investimento em Portugal.

No médio e longo prazo, Portugal continuará a enfrentar alguns constrangimentos ao crescimento, nomeadamente no respeitante ao investimento, apesar dos progressos realizados nos últimos anos no tocante ao funcionamento dos mercados e à redução do endividamento dos diversos setores da economia. No entanto, no curto prazo e num cenário de subutilização de recursos produtivos, é possível que a atividade económica possa crescer a um ritmo superior ao do produto potencial sem gerar pressões inflacionistas.

Até 2021, no alinhamento das projeções para a área do euro, a economia portuguesa também deverá continuar com a trajetória de crescimento da atividade, embora verificando alguma desaceleração, ligada à fase de maturação do ciclo económico. Neste sentido, o PIB deverá situar-se nos 1,8% em 2019, e descer 1% em cada ano do horizonte de projeção, estimando-se um crescimento médio anual entre os 3,5% e os 4%, em comparação com os 7,8% registados em 2017. Para este ritmo menos positivo contribuirá a desaceleração das exportações, bem como o aumento das importações, que deverão em 2020 ter uma variação próxima de 5%. Por outro lado, o aumento do turismo poderá contribuir positivamente para o crescimento económico, apesar de apresentar um perfil de desaceleração, prevendo-se que este seja superior à procura externa, que deverá permanecer estável ao longo do horizonte de projeção, aproximando-se do ritmo previsto para o comércio mundial. No final deste intervalo temporal, as exportações em termos reais deverão atingir um crescimento de cerca de 70% face ao nível observado antes da crise financeira, contribuindo em 50% para o valor do PIB desse ano.

Ainda no curto prazo, a economia portuguesa deverá manter a sua capacidade líquida de financiamento face ao exterior, à semelhança do observado desde 2012, medida pelo saldo conjunto da balança corrente e de capital, que deverá permanecer estável ao longo do horizonte de projeção, situando-se nos 1,3% até 2020, idêntico à média verificada em 2017, aumentando para 1,6% em 2021.

Até 2020, irá sentir-se uma redução do défice da balança de rendimento primário, refletindo o perfil projetado para os juros da dívida pública - cuja taxa de juro implícita permanecerá ligeiramente abaixo dos 3% no horizonte 2019-2020 - e, por outro lado, o aumento do saldo da balança de capital, em grande parte devido à evolução dos recebimentos de fundos comunitários, o que se traduzirá numa alteração da composição do saldo das balanças correntes e de capital, uma vez que a redução do saldo da balança de bens e serviços será compensada pela evolução das balanças de rendimento primário e de capital.

Esta taxa de juro implícita da dívida pública aponta para uma desaceleração do investimento público, que irá pesar na FBCF, a qual deverá manter uma elasticidade face ao PIB superior à média histórica, esperando-se uma desaceleração de 6,6% em 2019 para 4,9% em 2021, essencialmente devido ao

investimento empresarial que, até ao final do horizonte de projeção, deverá ultrapassar o nível registado no início da crise financeira em 2008. Este dinamismo irá ter um peso importante no PIB em 2021 (de 14,3%).

Em relação ao emprego, após ter-se verificado um crescimento muito dinâmico em 2017, estima-se que este continue com essa trajetória, mas de forma menos acentuada. Também na taxa de desemprego se verificará uma continuação da trajetória descendente, apesar de num ritmo mais moderado do que o verificado nos últimos 3 anos, devendo atingir os 5,3% em 2021. Estes resultados irão dever-se essencialmente à evolução positiva do emprego no setor privado, uma vez que se projeta uma desaceleração do emprego público. Devido ao aumento do salário mínimo em 2018, irá verificar-se, no curto prazo, uma aceleração dos salários e dinamização do emprego, esperando que se retomem aos valores médios históricos ao longo de 2019-2021. No longo prazo, o capital humano deverá permanecer como um fator potencial do crescimento, devendo notar-se um ligeiro aumento da população ativa ao longo do horizonte de projeção, para o qual contribui o gradual aumento da idade da reforma e a continuação do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que também contribuirá para o aumento da produtividade, fator crucial para um maior crescimento da economia portuguesa.

Voltando ao horizonte de projeção 2019-2021, o aumento dos custos salariais, bem como das margens de lucro, levarão a um ligeiro aumento da inflação, que deverá apresentar um perfil moderadamente ascendente, situando-se em média nos 1,5% (medida pela taxa de variação do IHPC). Ainda assim, esta deverá manter-se abaixo dos valores projetados para a área do euro. Este aumento dos custos salariais, provocará também uma variação positiva no consumo que, ainda assim, deverá registar uma desaceleração até 2021, devido essencialmente ao abrandamento da componente de bens não duradouros, em linha com a evolução do rendimento real disponível.

Por fim, na origem dos principais riscos às atuais projeções encontra-se o enquadramento externo, sendo o aprofundamento de mecanismos que permitam uma coordenação macroeconómica mais eficaz, uma partilha eficiente do risco e uma maior resiliência a choques desfavoráveis, essencial para garantir a estabilidade macroeconómica e as condições para o crescimento económico no futuro.

5.3 Evolução previsível da Fundação Obra Nossa Senhora da Purificação

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que no futuro próximo, a Fundação prossiga o caminho trilhado nestes últimos anos, investindo na formação profissional dos trabalhadores, na otimização dos recursos humanos e materiais para redução de custos; será também necessário realizar algum investimento para adequação das instalações e ampliação das atividades.

6 - Outras Informações

A Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2018.

Não foram realizados negócios entre a Fundação e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A Fundação não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela própria Fundação.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos aos nossos Colaboradores e deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a ser no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Fundação da Obra de Nossa Senhora da Purificação.

Apresentam-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo;

Balanço - (modelo para ESNL) em 31-
12-2018
(montantes em euros)

Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 661 340,57	1 591 149,49
Outros créditos e ativos não correntes		1 689,26	1 217,21
		1 663 029,83	1 592 366,70
Ativo corrente			
Inventários	7	2 022,37	3 201,37
Créditos a receber	11	440,00	919,00
Estado e outros entes públicos		4 400,75	7 017,71
Diferimentos		5 900,35	2 974,81
Outros ativos correntes	11	25 000,00	25 000,00
Caixa e depósitos bancários		158 371,64	224 293,73
		196 135,11	263 406,62
Total do ativo		1 859 164,94	1 855 773,32
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	15		
Fundos	11	419 170,03	419 170,03
Reservas		25 237,44	25 237,44
Resultados transitados		1 243 212,54	1 233 605,24
Resultado líquido do período		6 375,44	9 607,30
Total dos fundos patrimoniais		1 693 995,45	1 687 620,01
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos		16 709,78	15 905,08
Diferimentos		63 300,05	70 333,37
Outros passivos correntes	11;12	85 159,66	81 914,86
		165 169,49	168 153,31
Total do passivo		165 169,49	168 153,31
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 859 164,94	1 855 773,32

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-
2018
(montantes em euros)**

**Fundação Obra de Nossa Senhora da
Purificação**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	179 592,26	186 597,58
Subsídios, doações e legados à exploração	10	796 702,17	734 688,31
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(113 676,60)	(103 176,75)
Fornecimentos e serviços externos	8	(95 015,03)	(89 031,82)
Gastos com o pessoal	12	(647 225,76)	(613 929,21)
Outros rendimentos	8	962,98	11 374,38
Outros gastos		(85 555,84)	(60 605,41)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		35 784,18	65 917,08
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(29 408,74)	(56 309,78)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6 375,44	9 607,30
Resultado antes de impostos		6 375,44	9 607,30
Resultado líquido do período		6 375,44	9 607,30

Conselho Directivo

S. Branco
ayuk
Trá

Contabilista Certificado 23892

[Handwritten signature]

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-
12-2018**
(montantes em euros)

Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	419 170,03		25 237,44	1 233 605,24			9 607,30	1 687 620,01		1 687 620,01
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos Fundos patrimoniais					9 607,30			(9 607,30)			
7					9 607,30			(9 607,30)			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							6 375,44	6 375,44		6 375,44
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							6 375,44	6 375,44		6 375,44
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
10											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6+7+8+10	419 170,03		25 237,44	1 243 212,54			6 375,44	1 693 995,45		1 693 995,45

Conselho Directivo



S. Mendes

Contabilista Certificado

23892



U. N.

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2018
(montantes em euros)

Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
1	3	419 170,03		25 237,44	1 226 931,05			6 674,19	1 678 012,71		1 678 012,71
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					6 674,19			(6 674,19)			
2					6 674,19			(6 674,19)			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							9 607,30	9 607,30		9 607,30
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							9 607,30	9 607,30		9 607,30
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
5											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	6=1+2+3+4+5	419 170,03		25 237,44	1 233 605,24			9 607,30	1 687 620,01		1 687 620,01

Conselho Directivo

S. Raulo
André
Pr.

Contabilista Certificado

23892

[Signature]

Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em 31
-12-2018
(montantes em euros)

Fundação Obra de Nossa Senhora da
Purificação

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		179 592,26	186 597,58
Pagamentos a fornecedores		205 920,55	192 998,95
Pagamentos ao pessoal	12	647 992,92	611 010,09
Caixa gerada pelas operações		(674 321,21)	(617 411,46)
Outros recebimentos/pagamentos		708 358,93	660 169,42
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		34 037,72	42 757,96
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	99 599,82	48 801,41
<i>Investimentos financeiros</i>		472,05	473,64
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>			70 333,37
<i>Juros e rendimentos similares</i>		112,06	26,50
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(99 959,81)	21 084,82
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(65 922,09)	63 842,78
Caixa e seus equivalentes no início do período		249 293,73	185 450,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período		183 371,64	249 293,73

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

ANO : 2018

ÍNDICE

- 1 - Identificação da entidade**
 - 1.1 Dados de identificação
- 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
 - 2.1 Referencial contabilístico utilizado
 - 2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras
 - 2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior
- 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**
 - 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
 - 3.3 Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras
 - 3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)
- 4 - Ativos fixos tangíveis**
 - 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
 - 4.1.1 Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:
 - 4.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:
- 7 - Inventários**
 - 7.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada
 - 7.2 Quantia escriturada de inventários
- 8 - Rendimentos e gastos**
 - 8.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços
 - 8.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:
 - 8.3 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos
- 10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas**
 - 10.1 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas
 - 10.3 Principais doadores / fontes de fundos
 - 10.4 Outras divulgações
- 11 - Instrumentos financeiros**
 - 11.5 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço
 - 11.5.1 Dívidas a fornecedores
- 12 - Benefícios dos empregados**
 - 12.4 Benefícios dos empregados e encargos da entidade
- 13 - Acontecimentos após a data do balanço**
 - 13.2 Outras divulgações

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

- 15.2 Informação por atividade económica
- 15.3 Informação por mercado geográfico
- 15.4 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

18 - Impostos e contribuições

- 18.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

20 - Fluxos de caixa

- 20.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

A Fundação Obra Nossa Senhora da Purificação (FONSP) é uma IPSS com dois estabelecimentos. Em Lisboa actua no apoio social como Creche e Jardim Infantil. Em Fátima desenvolve actividades de ATL e de Lar de Lar de Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas disposições do SNC

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas reportadas ao período anterior estavam em normativo SNC-ESNL, pelo que as contas são comparáveis com as do período anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a

sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se em regime de isenção de IRC. Contudo, no caso de vir a desenvolver actividades com fins lucrativos, encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% (ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC).

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base

na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com o ponto 9 - Locações das Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 10 - Rédito das Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o

montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.3. **Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Na preparação das demonstrações financeiras a organização utiliza estimativas e pressupostos que afectam os montantes reportados. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período e do período anterior incluem:

- justo valor e vidas úteis de activos tangíveis
- registo de provisões e perdas por imparidade

As estimativas foram preparadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das peças financeiras. As alterações a estas estimativas que venham a decorrer posteriormente serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

3.4. **Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são registados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo à demonstrações financeiras.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. **Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis**

4.1.1. **Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:**

A Fundação não tem bens considerados como património histórico, artístico e cultural.
O método de depreciação é o da linha recta, aplicada aos bens considerados ao seu custo de aquisição.

4.1.2. **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	353 148,90	1 877 408,92	414 471,76	115 056,78	31 959,73		97 741,52			2 889 787,61
Depreciações acumuladas		678 204,14	400 348,31	105 972,83	29 153,45		84 959,39			1 298 638,12
Saldo no início do período	353 148,90	1 199 204,78	14 123,45	9 083,95	2 806,28		12 782,13			1 591 149,49
Variações do período		45 051,59	27 374,44	(4 541,98)	4 495,77		(2 188,74)			70 191,08
Total de aumentos		53 239,90	39 331,87		7 028,05					99 599,82
Aquisições em primeira mão		53 239,90	39 331,87		7 028,05					99 599,82
Total diminuições		8 188,31	11 957,43	4 541,98	2 532,28		2 188,74			29 408,74
Depreciações do período		8 188,31	11 957,43	4 541,98	2 532,28		2 188,74			29 408,74
Outras transferências		0,00								0,00
Saldo no fim do período	353 148,90	1 244 256,37	41 497,89	4 541,97	7 302,05		10 593,39			1 661 340,57
Valor bruto no fim do período	353 148,90	1 930 648,82	453 803,63	115 056,78	38 987,78		97 741,52			2 989 387,43
Depreciações acumuladas no fim do período		686 392,45	412 305,74	110 514,81	31 685,73		87 148,13			1 328 046,86

7 - Inventários

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As matérias primas são consideradas ao seu custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

7.2. Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		3 201,37	3 201,37		2 891,28	2 891,28
Compras		112 497,60	112 497,60		103 486,84	103 486,84
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais		2 022,37	2 022,37		3 201,37	3 201,37
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		113 676,60	113 676,60		103 176,75	103 176,75
OUTRAS INFORMAÇÕES						

8 - Rendimentos e gastos

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito é reconhecido pelo justo valor da contraprestação recebida pelos serviços prestados na actividade normal da instituição. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

8.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	179 592,26	186 597,58
Juros	112,06	26,50
Total	179 704,32	186 624,08

8.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	40 490,65	41 706,41
Trabalhos especializados	5 651,40	2 620,00
Vigilância e segurança	334,33	441,48
Honorários	9 616,72	8 875,00
Conservação e reparação	24 575,79	29 552,93
Outros	312,41	217,00
Materiais	5 557,24	4 384,04
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 508,17	1 152,37
Material de escritório	4 049,07	3 231,67
Energia e fluidos	35 680,38	30 344,43
Eletricidade	16 707,85	12 311,25
Combustíveis	4 113,48	12 289,74
Água	5 899,77	5 743,44
Outros	8 959,28	
Deslocações, estadas e transportes	1 818,22	1 747,99
Deslocações e estadas	1 414,00	1 747,99
Transportes de pessoal	404,22	
Serviços diversos	11 468,54	10 848,95
Comunicação	2 460,04	2 793,79
Seguros	5 287,26	5 942,72
Contencioso e notariado	382,72	132,36
Limpeza, higiene e conforto		103,01
Outros serviços	3 338,52	1 877,07
Total	95 015,03	89 031,82

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento									
Para ativos fixos tangíveis									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração		607 084,57	607 084,57	7 033,32	182 584,28	189 617,00			
Valor dos reembolsos efetuados no período		607 084,57	607 084,57	7 033,32	182 584,28	189 617,00			
De subsídios ao investimento				7 033,32					
De subsídios à exploração		607 084,57	607 084,57		182 584,28	189 617,00			
Total									

10.3. Principais doadores / fontes de fundos

A fundação suíça Goldach atribuiu em 2018 um subsídio de € 135.518, tendo diversos privados nacionais atribuído subsídios no montante total de € 5.226. Os subsídios do banco alimentar ascenderam a € 35.555,40.

10.4. Outras divulgações

Os subsídios do Governo são considerados ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com os requisitos para o vir a receber. Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

11 - Instrumentos financeiros

11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

A entidade não tem dívidas com duração residual superior a cinco anos
Não há dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade.

11.5.1. Dívidas a fornecedores

Não existiam dívidas a fornecedores à data de 31-12-2018.

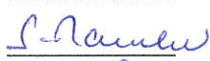


12 - Benefícios dos empregados

12.4. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	647 225,76	613 929,21
Remunerações do pessoal	523 868,56	497 371,03
Encargos sobre as remunerações	115 117,19	109 035,43
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	4 985,90	4 111,15
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	3 254,11	3 411,60

13 - Acontecimentos após a data do balanço

13.2. Outras divulgações



15 - Divulgações exigidas por diplomas legais**15.2. Informação por atividade económica**

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	179 592,26	179 592,26
Compras	112 497,60	112 497,60
Fornecimentos e serviços externos	95 015,03	95 015,03
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	113 676,60	113 676,60
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	113 676,60	113 676,60
Gastos com o pessoal	647 225,76	647 225,76
Remunerações	523 868,56	523 868,56
Outros gastos	123 357,20	123 357,20
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	1 661 340,57	1 661 340,57
Total das aquisições	99 599,82	99 599,82
(das quais edifícios e outras construções)	53 239,90	53 239,90
Propriedades de investimento		

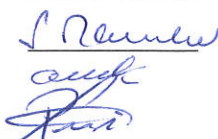
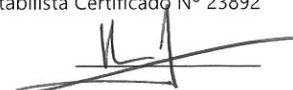
15.3. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	179 592,26			179 592,26
Compras	112 497,60			112 497,60
Fornecimentos e serviços externos	95 015,03			95 015,03
Aquisições de ativos fixos tangíveis	99 599,82			99 599,82
Rendimentos suplementares:				

15.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. O mesmo se passa com a Segurança Social.

18 - Impostos e contribuições**18.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:**



Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	6 375,44	9 607,30
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto		

20 - Fluxos de caixa

20.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	3 544,90	108 562,10	108 917,96	3 189,04
Depósitos à ordem	140 748,83	1 564 531,00	1 600 097,23	105 182,60
Outros depósitos bancários	80 000,00		30 000,00	50 000,00
Total	224 293,73	1 673 093,10	1 739 015,19	158 371,64

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
1	MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	183 371,64		183 371,64
11	Caixa	3 189,04		3 189,04
12	Depósitos à ordem	105 182,60		105 182,60
13	Outros depósitos bancários	50 000,00		50 000,00
14	Outros instrumentos financeiros	25 000,00		25 000,00
142	Instrumentos financeiros detidos para negociação	25 000,00		25 000,00
1421	Ativos financeiros	25 000,00		25 000,00
2	CONTAS A RECEBER E A PAGAR	10 741,10	165 169,49	(154 428,39)
22	Fornecedores	360,00		360,00
221	Fornecedores c/c	360,00		360,00
2211	Fornecedores gerais	360,00		360,00
24	Estado e outros entes públicos	4 400,75	16 709,78	(12 309,03)
242	Retenção de impostos sobre rendimentos		4 531,00	(4 531,00)
243	Imposto sobre o valor acrescentado IVA	4 400,75		4 400,75
2437	IVA - A recuperar	4 400,75		4 400,75
245	Contribuições para a Segurança Social		12 178,78	(12 178,78)
27	Outras contas a receber e a pagar	80,00	85 159,66	(85 079,66)
272	Devedores e credores por acréscimos (per. econ.)		85 159,66	(85 159,66)
2722	Credores por acréscimos de gastos		85 159,66	(85 159,66)
278	Outros devedores e credores	80,00		80,00
28	Diferimentos	5 900,35	63 300,05	(57 399,70)
281	Gastos a reconhecer	5 900,35		5 900,35
282	Rendimentos a reconhecer		63 300,05	(63 300,05)
3	INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	2 022,37		2 022,37
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 022,37		2 022,37
331	Matérias-primas	813,86		813,86
332	Matérias subsidiárias	1 208,51		1 208,51
4	INVESTIMENTOS	2 991 076,69	1 328 046,86	1 663 029,83
41	Investimentos financeiros	1 689,26		1 689,26
415	Outros investimentos financeiros	1 689,26		1 689,26
4151	Detidos até à maturidade	1 689,26		1 689,26
43	Ativos fixos tangíveis	2 989 387,43	1 328 046,86	1 661 340,57
433	Outros ativos fixos tangíveis	2 989 387,43	1 328 046,86	1 661 340,57
4331	Terrenos e recursos naturais	353 148,90		353 148,90
4332	Edifícios e outras construções	1 930 648,82		1 930 648,82
4333	Equipamento básico	453 803,63		453 803,63
4334	Equipamento de transporte	115 056,78		115 056,78
4335	Equipamento administrativo	38 987,78		38 987,78
4337	Outros ativos fixos tangíveis	97 741,52		97 741,52

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
4338	Depreciações acumuladas		1 328 046,86	(1 328 046,86)
43382	Edifícios e outras construções		686 392,45	(686 392,45)
43383	Equipamento básico		412 305,74	(412 305,74)
43384	Equipamento de transporte		110 514,81	(110 514,81)
43385	Equipamento administrativo		31 685,73	(31 685,73)
43387	Outros ativos fixos tangíveis		87 148,13	(87 148,13)
5	FUNDOS PATRIMONIAIS		1 687 620,01	(1 687 620,01)
51	Fundos		419 170,03	(419 170,03)
55	Reservas		25 237,44	(25 237,44)
552	Outras reservas		25 237,44	(25 237,44)
56	Resultados transitados		1 243 212,54	(1 243 212,54)
6	GASTOS	970 881,97		970 881,97
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	113 676,60		113 676,60
612	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	113 676,60		113 676,60
62	Fornecimentos e serviços externos	95 015,03		95 015,03
622	Serviços especializados	40 490,65		40 490,65
6221	Trabalhos especializados	5 651,40		5 651,40
6223	Vigilância e segurança	334,33		334,33
6224	Honorários	9 616,72		9 616,72
6226	Conservação e reparação	24 575,79		24 575,79
6228	Outros	312,41		312,41
623	Materiais	5 557,24		5 557,24
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 508,17		1 508,17
6233	Material de escritório	4 049,07		4 049,07
624	Energia e fluidos	35 680,38		35 680,38
6241	Eletricidade	16 707,85		16 707,85
6242	Combustíveis	4 113,48		4 113,48
6243	Água	5 899,77		5 899,77
6248	Outros	8 959,28		8 959,28
625	Deslocações, estadas e transportes	1 818,22		1 818,22
6251	Deslocações e estadas	1 414,00		1 414,00
6252	Transportes de pessoal	404,22		404,22
626	Serviços diversos	11 468,54		11 468,54
6262	Comunicação	2 460,04		2 460,04
6263	Seguros	5 287,26		5 287,26
6265	Contencioso e notariado	382,72		382,72
6268	Outros serviços	3 338,52		3 338,52
63	Gastos com o pessoal	647 225,76		647 225,76
632	Remunerações do pessoal	523 868,56		523 868,56

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
635	Encargos sobre remunerações	115 117,19		115 117,19
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	4 985,90		4 985,90
638	Outros gastos com o pessoal	3 254,11		3 254,11
64	Gastos de depreciação e de amortização	29 408,74		29 408,74
642	Ativos fixos tangíveis	29 408,74		29 408,74
6422	Edifícios e outras construções	8 188,31		8 188,31
6423	Equipamento básico	11 957,43		11 957,43
6424	Equipamento de transporte	4 541,98		4 541,98
6425	Equipamento administrativo	2 532,28		2 532,28
6427	Outros ativos fixos tangíveis	2 188,74		2 188,74
68	Outros gastos	85 555,84		85 555,84
681	Impostos	49 270,29		49 270,29
6812	Impostos indiretos	49 030,61		49 030,61
6813	Taxas	239,68		239,68
688	Outros	36 285,55		36 285,55
6883	Quotizações	632,00		632,00
6888	Outros não especificados	35 653,55		35 653,55
7	RENDIMENTOS		977 257,41	(977 257,41)
72	Prestações de serviços		179 592,26	(179 592,26)
721	Quotas dos utilizadores		179 592,26	(179 592,26)
75	Subsídios, doações e legados à exploração		796 702,17	(796 702,17)
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos		607 084,57	(607 084,57)
752	Subsídios de outras entidades		189 617,60	(189 617,60)
78	Outros rendimentos		850,92	(850,92)
782	Descontos de pronto pagamento obtidos		1,62	(1,62)
788	Outros		849,30	(849,30)
7888	Outros não especificados		849,30	(849,30)
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares		112,06	(112,06)
791	Juros obtidos		112,06	(112,06)
7911	De depósitos		112,06	(112,06)
8	RESULTADOS			
	Total	4 158 093,77	4 158 093,77	0,00

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão, apresentados pelo Conselho Diretivo da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Durante o exercício o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a atividade e a gestão da Instituição, verificou os livros, registos contabilísticos e respetiva documentação. Procedeu igualmente às verificações físicas dos bens e valores patrimoniais que se mostraram necessárias, assim como verificou o cumprimento da lei e dos estatutos, inteirando-se dos atos do Conselho Diretivo, da qual sempre recebeu todos os elementos e esclarecimentos solicitados.

Analisou-se também o Relatório e as Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados, Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo com as respetivas notas explicativas.

Nesta conformidade entende-se que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, em 31 de dezembro de 2018, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias. Como compete dá-se ainda o acordo quando aos critérios valorimétricos utilizados pela Instituição, conforme constam da Nota do Anexo da Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Nestes termos o Conselho Fiscal é de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão da Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e o Anexo da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, relativo ao exercício findo a 31 de dezembro de 2018.


2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Finalmente deseja agradecer à Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Instituição com quem contactou, toda a colaboração recebida no desempenho das suas funções.

Lisboa, 8 de abril de 2019

O CONSELHO FISCAL

Presidente: 
(Nuno Miguel Feliciano Francisco do Nascimento)

Vogal: 
(Ana Cristina de Abreu Pedro Martins de Oliveira)

Vogal: 
(Leopoldina Maria Rodrigues Santos Conceição)